



**ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO ESTADUAL P2R2**



**40ª Reunião CEP2R2 – Reunião Ordinária**

<b>Data:</b>	09 de Novembro de 2023.			
<b>Horário</b>	Previsto	08h30min	Início	09h00min
<b>Participantes:</b>	Maj. QOBM Daniel Lorenzetto, CEDEC; Cabo QPM 1-0 Lorena Eliz Giacomozzi, CEDEC; Prof. Carlos Alves de Oliveira, CRQ9; Ellery Regina Garbelini, MPPR; Ricardo Moraes Witzel, MPPR; Emerson Brummer Machado, PRF; Wilson de Oliveira Rodella, PRF; Adinam Soares de Assunção, IBAMA; Jefferson Artigas Guerra, DER; João Groque Júnior, CREA-PR; Gislaine Lara Bussolo, CREA-PR; Andreia Aristides da Silva, SESA/CEST; Gefferson Alexandre Fernandes de Freitas, SESA/GAU; José Adailton Caetano, IAT; Caio Cesar, IAT e Rafael Cabral Gonçalves, SANEPAR.			

**ASSUNTOS ABORDADOS**

<b>Representante</b>	<b>Assunto</b>
Major Daniel	Iniciou cumprimentando os participantes e realizando sua apresentação, informando que o objetivo da reunião é que os presentes apresentem as ações de seus respectivos órgãos junto à Comissão, bem como tragam as dificuldades enfrentadas, para nortear as metas a serem estabelecidas no próximo ano, convidando o Sr. Adailton a iniciar;
Sr. Adailton	Relatou de forma simplificada como se dão as ações pelo IAT, em caso de acidentes envolvendo produtos perigosos e sobre o fluxo desenvolvido dentro da instituição. Mencionou a necessidade de recuperação da área afetada pelo acidente e a exigência da assistência para a população e animais afetados, através do documento de notificação;
Sr. Adailton	Mencionou que a atuação do IAT na área do acidente ocorre após a autorização pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil. Quanto as dificuldades encontradas pelo órgão, referiu-se a falta de efetivo para atuação na área de acidentes ambientais;
Major Daniel	Mencionou que na prática, o IAT estará envolvido em todos os atendimentos de acidentes envolvendo produtos perigosos;
Sr. Adailton	Informou que, mesmo que o acidente seja em área de licenciamento pelo IBAMA, o Ministério Público por vezes solicita informações ao IAT, de forma que eles participam em apoio, especialmente em coleta de material;
Sra. Ellery	Se apresentou, informando que a atuação do Ministério Público se dá em continuidade a dos órgãos como o IAT, IBAMA ou até mesmo ADAPAR e SESA. Relatou sobre o tratamento dado ao Ato de Infração à nível de Ministério Público, através das Promotorias de Justiça. Ressaltou a busca da reparação e/ou compensação do dano bem como a responsabilidade criminal, pela Promotoria e Polícia Penal;

Major Daniel	Ressaltou a presença do IAT e Ministério Público em quase totalidade dos acidentes, e mencionou a dificuldade dos órgãos quanto a juntada de documentos, como os laudos e outros;
Sr. Adailton	Relatou que a dinâmica no momento do atendimento do acidente por vezes prejudica a colhida de informações. Explicou que toda a documentação tem que chegar ao IAT, que compõe um Eprotocolo que não tramita, porém facilita pela compilação de todos os documentos referentes ao acidente;
Sr. Adinan	Questionou sobre o convênio entre IAT e Batalhão de Polícia Ambiental;
Sr. Adailton	Informou que o convênio, com vigência a partir de julho permite ao Batalhão de Polícia Ambiental a lavratura do Auto de Infração. Informou que há também convênio entre o órgão e o Corpo de Bombeiros. Que há dificuldade de integração entre os órgãos, e que o trâmite de documentação que envolve acidentes com produtos perigosos se prolongam por tempo indeterminado;
Sr. Ricardo	Concorda sobre a necessidade de centralização da documentação através de E protocolo;
Sra. Ellery	Questionou sobre o acesso ao Eprotocolo. Se todas as instituições o teriam;
Sr. Adailton	Mencionou se tratar de sistema de órgãos estaduais, sendo que o IBAMA seria o único que eventualmente poderia não ter acesso;
Major Daniel	Opinou sobre a possibilidade de um sistema ao qual todos os órgãos tivessem acesso;
Sra. Ellery	Comentou que tem acesso com perfil de consulta ao Eprotocolo;
Sr. Gefferson	Sugeriu que para definir como padronizar é necessário estabelecer o objetivo do compilação
Sr. Adailton	Esclareceu que o objetivo da compilação é a juntada de todos os documentos referentes ao acidente/incidente de forma que facilite a análise e atendimento de eventuais demandas judiciais. Que o protocolo não precisa ser encaminhado para os demais órgãos e usuários para que seja alimentado, que isso pode ser feito através de autorização do órgão que está com o processo;
Sra. Ellery	Sugeriu o SGA, pela facilidade de acessar o documento pelo nome do arquivo;
Cabo Giacomozzi	Esclareceu que se o documento for inserido no Eprotocolo é possível o acesso pelo nome do arquivo ou documento, com exceção dos despachos realizados diretamente no sistema;
Sr. Adailton	Esclareceu que o SGA não dá transparência pois não tem registro de quem acessou, incluiu ou excluiu documentos. Já o E protocolo exige justificativa para excluir e todos os movimentos ficam registrados com a chave de quem acessou;
Major Daniel	Concorda que o E protocolo é a melhor opção e que será verificada a questão do acesso, permitindo o acesso aos órgãos federais, como o IBAMA e a PRF;
Sr. Brummer	Informou que já tem acesso ao E protocolo;
Sra. Ellery	Sugeriu a proposição de fluxo para trâmite de informações e disponibilizar os acessos;
Sr. Adinan	Se apresentou e esclareceu sobre a competência do IBAMA para atuação, nos casos em que o licenciamento é federal. Chamou atenção para os

	<p>conflitos, nos casos de rodovias, quando um acidente ocorre em rodovia licenciada pelo IBAMA envolvendo atividade licenciada pelo estado. A concessionária que é licenciada pelo IBAMA tem a obrigação de informar o órgão, mas também notifica o IAT. Esclareceu que os procedimentos pelo órgão, por ocasião de acidente são similares aos do IAT.</p>
Sr. Adinan	<p>Mencionou que os processos não estão integrados com o sistema EProtocolo, porém são documentos públicos que tramitam pelo SEI, onde qualquer órgão ou pessoa poderá ter acesso, mediante solicitação e cadastro junto ao sistema. Acrescentou que não é possível alimentar o SEI, somente se for interessado, mediante peticionamento eletrônico;</p>
Major Daniel	<p>Questionou sobre a atuação do IAT em atendimentos de competência do IBAMA;</p>
Sr. Adinan	<p>Informou que em sua maioria, o IAT atua sim, e que nos casos onde o IBAMA atua, e a competência é do IAT, são informados o IAT e MP;</p>
Sr. Adinan	<p>Sobre o trâmite de documentos, manifestou que em alguns casos, há ainda a solicitação de informações ao IAT através dos CORREIOS;</p>
Sr. Adinan	<p>Finalizou pontuando que a maior dificuldade do órgão no momento se refere ao efetivo reduzido;</p>
Sr. Adailton	<p>Esclareceu que existe também pelo IAT o tramite de algumas demandas através de AR, a fim de garantir o recebimento e comprovação de notificações;</p>
Sr. Adailton	<p>Pontuou sobre a importância de se estabelecer fluxo e regular a juntada de documentação referente acidentes envolvendo produtos perigosos a fim de evitar perdas de informações e dados sensíveis ao processo de atuação, eventuais recursos judiciais e anulação de Autos de infração;</p>
Major Daniel	<p>Acrescentou que será, em conjunto com o IBAMA e IAT verificada a melhor maneira de atender essa necessidade;</p>
Major Daniel	<p>Cedeu a palavra ao CREA;</p>
Sr. João Groque	<p>Apresentou-se frisando a importância da relação entre CREA e Defesa Civil, no que se refere as questões de fiscalização do exercício profissional, notadamente no exercício irregular de pessoas não habilitadas. Esclareceu sobre a existência do Comitê de Estudos Temáticos Multidisciplinares – Defesa Civil e Corpo de Bombeiros e Departamento de Fiscalização que interagem com os órgãos, a fim de fiscalizar e eventualmente atuar quanto a questões técnicas, atuando por demanda através de comunicação e denúncias;</p>
Sra. Gislaine	<p>Se apresentou e esclareceu sobre a competência do CREA, que no Paraná, até o momento, se restringe a questão da atuação ou não de responsável técnico. Mencionou que está em análise a possibilidade de celebração de convênio que dá ao Conselho poder de fiscalização;</p>
Sra. Ellery	<p>Questionou se seria a partir desses convênios que o CREA fiscalizaria, além da presença do responsável técnico, também a qualidade do serviço realizado;</p>
Sra. Gislaine	<p>Esclareceu que no caso de celebração de convênio, nos termos e a exemplo</p>

	dos celebrados em outros estados, sim;
Sra. Gislaine	Informou que no momento, a atuação se restringe somente a questão do responsável técnico e, caso sejam verificadas situações extremas, o órgão oficia o MP;
Sr. Ricardo	Mencionou a viabilidade de estender o convênio a outros órgãos, além da Defesa Civil, a fim de proporcionar análise técnica nos casos concretos;
Major Daniel	Informou que irá verificar sobre a existência de tratativas e abrangência do mencionado convênio;
Sra. Gislaine	Exemplificou a questão da importância da atuação do órgão no sentido da fiscalização, destacando o caráter preventivo;
Sr. Jefferson	Mencionou que, quanto a prevenção e produtos perigosos, foi realizado levantamento pelo DER quanto as estatísticas de acidentes ocorridos, através dos registros de BATEU, levantando a questão da subnotificação. Questionou se é possível que ocorram acidentes onde há derramamento de PP sem que a informação seja registrada no BATEU;
Major Daniel	Exemplificou com o caso de veículos que não são de transporte de PP, ao se envolverem em acidentes em que ocorre o derramamento, não serão notificados;
Sr. Jefferson	Informou que o levantamento realizado demonstrou que as ocorrências estão pulverizadas no território, o que dificulta as medidas preventivas;
Sra. Gislaine	Mencionou a necessidade de responsável técnico em casos acidentes envolvendo PP, o que nem sempre ocorre;
Sr. Adailton	Informou que o PL que tramita na ALEP traz a previsão quanto a obrigatoriedade da presença de tal profissional e que, no atual contexto, quando estão presentes, apresentam Pareceres com baixa qualidade, necessitando de complementação;
Sr. Adailton	Entende que os conselhos poderiam atuar nesse sentido;
Sra. Gislaine	Esclarece que os profissionais dos conselhos não podem emitir juízo de valor sobre o documento emitido, somente se tem responsável técnico ou não e que tal questão seria sanada com a celebração do convênio;
Sr. Adailton	Manifestou que no contexto atual, o estado teria que regulamentar através de Portaria, o que burocratizaria o processo;
Sra. Gislaine	Informa que o conselho pode atuar em caso de denúncia, quanto a questão ética somente, e que no mínimo o profissional terá que ser chamado a ser ouvido;
Sra. Gislaine	Sugeriu também a realização de cursos, através de convênio;
Sr. Adinan	Questionou sobre a capacidade de destinação do resíduo recolhido em acidentes pelas empresas respondedoras, exemplificando com ocorrência atendida pelo órgão e a possibilidade de participação do Conselho quanto a fiscalização da empresa que recebeu o resíduo, a ser realizada pelo IBAMA;
Sra. Gislaine	Sugeriu que o IBAMA chame à fiscalização o CREA para verificar quanto a presença ou não do responsável técnico, MP e o IAT, o último pela questão do licenciamento;

Sr. Brummer	Apresentou-se e explanou de forma sucinta sobre a atuação do órgão através das fiscalizações realizadas nas rodovias federais que culmina na emissão do laudo pericial, que pode ser disponibilizado por demanda. Esclareceu sobre a documentação, especialmente o boletim de ocorrência e seu fluxo através do E protocolo;
Sr. Brummer	Sugeriu a retomada das fiscalizações em conjunto através de calendário anual, esclarecendo que atualmente se dão de forma pontual, atingindo em maior parte a RMC e sugerindo que se estendam aos municípios do interior;
Major Daniel	Sugeriu a realização de duas grandes ações integradas, uma para cada semestre do próximo ano, nos municípios do interior;
Sr. Adinan	Mencionou que o IBAMA realizou, neste ano, em conjunto com a PRF e fazendo parte de um evento nacional do órgão, duas fiscalizações e que o IBAMA apoia ações dessa natureza de forma regionalizada, independentemente do evento nacional;
Major Daniel	Reforçou sobre programar ações nesse sentido para o próximo ano;
Sr. Carlos	Se apresentou e esclareceu sobre a atuação do Conselho junto ao GT Empresas da Comissão, e a elaboração de Check list que define o risco das empresas cadastradas no Conselho de ter um acidente ambiental, com a aplicação dos critérios em fiscalizações conjuntas realizadas;
Sr. Carlos	Pontuou sobre as dificuldades encontradas no que se refere às fiscalizações, exemplificando com caso concreto onde empresa sem cadastro junto ao Conselho, conseguiu evitar fiscalização através de ordem judicial que impediu a ação;
Sra. Ellery	Questionou se o impedimento se deu através de Mandado de Segurança;
Sr. Gefferson	Esclareceu que nas fiscalizações em que atua não pode extrapolar suas competências, o que pode ter impedido o CRQ de agir no caso concreto mencionado;
Sr. Gefferson	Mencionou que em caso de denúncia quanto à condições de saúde dos trabalhadores, é possível a fiscalização pela SESA e eventuais autuações;
Sr. Carlos	Pontuou sobre a deliberação pendente para a próxima reunião do GT Empresas para a indicação de empresas a serem objeto de fiscalização conjunta, e sobre a disponibilização dos dados através do SISDC, pelas questões da Lei Geral de Proteção de Dados;
Sr. Carlos	Encerrou sua fala destacando a atuação do órgão junto à Comissão em fiscalizações e sobre a importâncias de que ocorram em conjunto, envolvendo todos os órgãos, demonstrando aos empresários do ramo a credibilidade das ações desenvolvidas, visto a dificuldade dos Conselhos em fiscalizar;

Sr. Gefferson	Reforçou sobre a necessidade de pulverizar as ações de fiscalização para o interior, capitaneada pela Defesa Civil, com foco nas empresas sugeridas pelos integrantes dos grupos de trabalho;
Major Daniel	Mencionou que será realizado levantamento junto aos GTs para estabelecer calendário, porém sugere ainda que as fiscalizações podem ocorrer de forma regionalizada, através das regionais e coordenações municipais de defesa civil, integradas com os corpos de bombeiro, regionais de saúde e demais órgãos;
Sr. Jefferson	Se apresentou e mencionou sobre a atuação do órgão quanto a levantamento de informações referentes a acidentes envolvendo PP, destacando a dificuldade quanto a já mencionada pulverização das ocorrências, o que dificulta medidas de prevenção pelo órgão, sugerindo, inclusive regulamentando da implementação de medidas de contenção através do PL em trâmite;
Sr. Jefferson	Informou ainda que o DER vem trabalhando em conjunto com a CELEPAR para viabilizar a notificação de ocorrências envolvendo PP, visto que após a informatização dos autos não há campo disponível para tal registro tanto pelo DER quanto pelo Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual - BPRv, sugerindo que a CELEPAR seja chamada as reuniões da Comissão para reforçar a necessidade. Reforçou a dificuldade quanto as subnotificações que também são eventualmente consequência dessa lacuna;
Major Daniel	Passou a palavra ao SR. Gefferson, da SESA
Sr. Gefferson	Se apresentou, mencionando sobre a atuação do órgão previamente ao acidente, quanto a capacitação de pessoal, em conjunto com a Defesa Civil, bem como da atuação frente a ocorrência, especialmente as de grande porte – AMUV.
Sr. Gefferson	Esclareceu que em casos de acidentes envolvendo PP normalmente não é o caso, porém reforçou que o órgão se encontra a disposição para apoio quanto a suporte médico e fiscalizações, no que se refere a descontaminação, saúde do trabalhador e preventiva;
Sr. Gefferson	Encerrou mencionando sobre a eventualidade de ocorrências simultâneas e da sobrecarga do sistema e da atuação do órgão nesses momentos;
Major Daniel	Passou a palavra à Sra. Miscila – SEST/SENAT
Sra. Miscila	Se apresentou e esclareceu sobre a participação do órgão junto a Comissão, através do GT Ferroviário, especialmente no que se refere a capacitação dos motoristas e campanhas de conscientização em conjunto com a PRF;
Major Daniel	Passou a palavra a Sra. Andrea, da SESA

Sra. Andrea	Se apresentou e mencionou sobre a participação do órgão na Comissão através do GT empresas, atuando na área da segurança dos trabalhadores, de forma capilarizada no estado. Esclareceu que no momento, em razão das notificações, o foco principal se refere aos silos, através de fiscalizações e capacitações em parceria com o Corpo de Bombeiros. Mencionou que o órgão atua ainda em fiscalizações de frigoríficos, serrarias e madeireiras, construção civil e trabalho rural;
Sra. Andrea	Esclareceu que a capilarização no estado ocorre através das regionais de saúde que possuem um técnico, além daqueles que atuam no município;
Sra. Andrea	Explicou sobre o sistema utilizado para a notificação dos acidentes de trabalho, mencionando ainda que o setor de vigilância hoje atua prioritariamente frente a investigação de todos os acidentes envolvendo óbito, amputação ou que envolvam crianças e adolescentes.
Sra. Andrea	Citou ainda a atuação em parceria com o Ministério do Trabalho, que, em que pese a discussão sobre evasão de competências, em regra ocorre de modo que o ministério atue em fiscalização, autuação e interdição da empresa enquanto a SESA quanto as questões afetas a saúde do trabalhador, a fim de entender o processo, o ambiente, capacitar e orientar o trabalhador, no entanto, se constatadas irregularidades, atua também em interdição. Mencionou as parcerias desenvolvidas junto a outros órgãos, a exemplo do CREA.
Sr. Adailton	Questionou sobre quem atuaria pela SESA, por exemplo nas situações de irregularidades referentes a saúde dos trabalhadores das empresas respondedoras, se o encaminhamento se daria através da delegacia do trabalho?
Sr. Adailton	Exemplificou com situação de pessoas que atuam na limpeza, porém sem EPI, o que extrapola a competência do IAT.
Sra. Andrea	Andrea esclareceu que pode ser através do próprio município, pois cada um possui um setor de vigilância do trabalhador
Sra Ellery	Questionou sobre qual seria o caminho mais rápido?
Sra. Andrea	Esclareceu que dar o encaminhamento através da regional de saúde seria o mais célere;
Sra. Andrea	Informou que pode ser através da regional ou através da Ouvidoria da Secretaria
Sra. Ellery	Questionou se o Sr. Adailton se refere intervenção <i>in loco</i> ?
Sr. Adailton	Esclareceu se tratar de momento posterior, por ocasião de encaminhamento de relatórios;
Sra. Ellery	Questionou se o IAT não pode exigir que tenha um engenheiro em segurança do trabalho no local?
Sr Adailton	Mencionou que o PL contempla essa questão, mas ainda se encontra em trâmite;

Sra Andrea	Mencionou a dificuldade diante da informalidade;
Sr. Adailton	Mencionou que com a regulamentação através da lei, as empresas de resposta terão que se adequar e disponibilizar mão de obra, mas a qualificação será um problema;
Sr. Gefferson	Sugeriu que vale a pena acionar a SESA pela central, para que esta faça o redirecionamento. Menciona que o modelo de gestão da SESA impede que a SESA intervenha diretamente, somente através do município, salvo nos casos em que a gestão é plena, que é o caso dos grandes municípios. Portanto entende que a entrada via central é o melhor caminho;
SR. Adailton	Entende que essa é a finalidade dos grupos, estabelecer contatos que viabilizem as ações em campo. Exemplifica com situação em que houve dificuldade nas tratativas com a defesa civil municipal;
Major Daniel	Informou que nesses casos, pode realizar contato com a coordenadoria estadual que fará a ponte, através da regional de defesa civil;
Sra Ellery	Questionou sobre a existência e atuação do SEREST;
Sra Andrea	Informa que sim, alguns mais atuantes que outros e se disponibilizou a repassar os contatos;
Sr. Cabral	Se apresentou e esclareceu sobre a atuação do órgão, inclusive em alguns casos em que a SANEPAR não está presente no município. Junto a comissão, informou que o órgão atua principalmente no monitoramento da qualidade da água, especialmente dos mananciais, com reporte para o sistema estadual de qualquer alteração;
Sr. Cabral	Relatou sobre a impossibilidade de tratar a água quando comprometida com produtos perigosos. Nesses casos ocorre a parada da captação e conseqüentemente o desabastecimento, e no caso de prolongamento da situação, esclareceu as medidas adotadas pelo órgão;
Sr. Cabral	Mencionou ainda que, na parte de monitoramento, realizam a análise de amostras. Esclareceu que na prática, no que se refere a ações voltadas a comissão, a SANEPAR possui em suas regionais material para contenção de produtos perigosos. Informou que há ocasiões em que o órgão é o primeiro a chegar no local do acidente, pela detecção de presença de PP na água durante captação e monitoramento, que em alguns locais ocorre por 24 horas;
Sr. Cabral	Destacou a atuação integrada do órgão com os demais componentes do sistema, em resposta, mas também em prevenção, a exemplo da sinalização de áreas de mananciais;
Sr. Joaquim	Questionou sobre a ausência da SANEPAR em alguns municípios;
Sr. Cabral	Esclareceu que ocorre a gestão municipal em alguns casos e no caso específico de Paranaguá a gestão é privada.
Major Daniel	Propôs a realização de um Seminário, como meta para o próximo ano, solicitando a contribuição dos integrantes quanto a sugestão de temas e de possíveis palestrantes;

Major Daniel	Informou que irá elaborar e disponibilizar para manifestação do grupo, proposta de calendário de fiscalizações conjuntas, além da proposta de calendário de reuniões ordinárias dos grupos, para o ano de 2024;
Major Daniel	Sugeriu duas fiscalizações do modal rodoviário, sendo uma por semestre além de uma ou duas por GTs, a critério e sugestão dos integrantes; Mencionou a necessidade de definição quanto ao coordenador e secretário por GTs, sendo que até o momento o aquaviário e o ferroviário não tem nomes estabelecidos;
Major Daniel	Consultou os presentes sobre a possibilidade da APPA assumir tal atribuição frente ao GT Aquaviário;
Sr. João Groque	Entende ser o mais coerente
Major Daniel	Informou que o Sr. Joaquim, representante do IBAMA e ausente na presente reunião, entende haver conflito por não se tratar de entidade pública;
Sr. Ellery	Concorda no que se refere ao conflito, visto que em caso de fiscalizações, eles serem fiscalizados;
Sr. João Groque	Questionou sobre o papel da APPA, se seria de agente público, a exemplo dos aeroportos e pontuou sobre a expertise que detém;
Major Daniel	Reforçou a questão do conflito;
Sra Ellery	Concorda com o Major Daniel;
Sr. Carlos	Sugeriu a possibilidade de o coordenador ser membro efetivo e a APPA secretaria;
Major Daniel	esclarece sobre a dificuldade de voluntários para assumir a função e que eles teriam se proposto;
Sra. Ellery	sugeriu alguém da ANTAQ;
Sr. Adailton	perguntou se houve a atualização das indicações pelos órgãos e sugeriu a cobrança inclusive da presença nas reuniões;
Sr. Adailton	Mencionou que em conversa no IAT, fora levantada a possibilidade de estabelecer termo de referência sobre a atuação de cada órgão em situação de emergência, com fluxo estabelecido;
Major Daniel	Esclareceu que já há o plano de contingência;
Sra. Ellery	Sugeriu que o coordenador do grupo de trabalho fosse representante da Marinha;
Major Daniel	Esclareceu não se tratar de membro, pela legislação vigente e se compromete a verificar junto a regional do litoral, quanto a possibilidade de representante do CB assumir a função;
Major Daniel	Mencionou a previsão de abertura de capacitações, através da plataforma da Escola de Defesa Civil;
Major Daniel	Solicitou a manifestação dos integrantes para atualização de planilha a ser compartilhada, quanto aos dados do representante indicado;

Cabo Giacomozzi	Esclareceu que ao serem oficiados sobre a indicação de membros representantes, foram apontados nomes frente a Comissão, sem especificação dos grupos de trabalho;
Cabo Giacomozzi	Solicitou a manifestação dos membros em grupos de interesse, caso o órgão não o tenha feito através de documento de nomeação;
Sra. Gislaine	Sugeriu um retorno ao órgão sobre a efetiva participação dos membros nas reuniões
Major Daniel	Esclareceu que em alguns casos, o representante está inclusive desatualizado;
Cabo Giacomozzi	Informou que para fins de controle pelo órgão quanto a efetiva representação, bem como das deliberações feitas em reunião, a ata é pública, disponibilizada no site da Coordenadoria Estadual, Aba Comitês.
Major Daniel	Confirmou que será disponibilizada planilha para atualização pelos membros.
Major Daniel	Informou ainda sobre a possibilidade de realização de simulado no próximo ano, referente a um acidente, no modal rodoviário, envolvendo múltiplas vítimas para testar equipamentos
Major Daniel	Encerrou agradecendo a todos pela presença.

#### **DELIBERAÇÕES**

- **CEDEC** – disponibilização da planilha para atualização dos dados referentes aos representantes;
- **CEDEC** – verificação do acesso ao sistema Eprotocolo pelos órgãos da Comissão;
- **CEDEC** – sugestão de calendário para ações de fiscalização;
- **CEDEC** – sugestão de calendário para reuniões extraordinárias da Comissão;
- **CEDEC** – realizar contato com representante do CB para verificar interesse na função de coordenação do GT Aquaviário;
- **CEDEC** – proposição de evento para o próximo ano;
- **CEDEC** – verificação de teor do convênio celebrado entre CREA e CEDEC;
- **CEDEC e IAT** – análise e proposição de fluxo da documentação de acidentes envolvendo PP;
- Todos os integrantes – sugestões quanto a futuras fiscalizações;

#### **PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO**

- A definir

#### **DATA E LOCAL DA PRÓXIMA REUNIÃO**

Data: A definir.  
Horário: a definir.  
Local: a definir.  
Endereço: a definir.

Maj. QOBM Daniel Lorenzetto,  
CEDEC;

Cabo QPM 1-0 Lorena Eliz Giacomozzi,  
CEDEC;

Prof. Carlos Alves de Oliveira,  
CRQ9;

Ellery Regina Garbelini,  
MPPR;

Ricardo Moraes Witzel,  
MPPR;

Emerson Brummer Machado,  
PRF;

Adinam Soares de Assunção,  
IBAMA;

Jefferson Artigas Guerra,  
DER;

João Groque Júnior,  
CREA-PR;

Gislaine Lara Bussolo,  
CREA-PR;

Andreia Aristides da Silva,  
SESA/CEST;

Gefferson A. Fernandes de Freitas,  
SESA/GAU;

José Adailton Caetano,  
IAT;

Caio Cesar,  
IAT

Rafael Cabral Gonçalves,  
SANEPAR.